

Omissão da Procuradoria e indecisão do governador transformam água em

Caso de polícia



Na queda de braços travada hoje, entre o governador Anthony Garotinho e o prefeito de Niterói, Jorge Roberto da Silveira, sobre a gestão da CEDAE no município quem perde é a população da antiga capital do Estado e do seu município vizinho - São Gonçalo. Na verdade, esta briga tem como pano de fundo várias outras questões, de natureza político-jurídica, técnica e social.

Politicamente, a questão tem vários ângulos. Em primeiro lugar, o acordo assinado com o FMI, que prevê a privatização das empresas de Saneamento a partir do ano 2000. Para concretizar sua promessa, FHC vem chantageando governadores, condicionando a renegociação das dívidas de seus estados à privatização das companhias de Saneamento. Em segundo, no Estado do Rio, os dois princi-

pais partidos - PDT e PT - da base de sustentação do governador Garotinho, estão se fragmentando em uma "briga" interna e externa sem fim, onde a fidelidade partidária e os compromissos de campanha perderam a importância. A questão é tão grave que envolve a Assembléia Legislativa como um todo. Para cumprir seus compromissos políticos com o governador, parlamentares "fazem qualquer negócio", até "calar a boca contra a privatização da CEDAE", apesar de terem criado uma Frente Parlamentar em Defesa da CEDAE Pública e Eficiente.

Do ponto de vista jurídico, alguns absurdos levam a conclusões assustadoras. A primeira é o fato de que a Procuradoria do Estado até hoje não emitiu um parecer sobre o convênio ilegal, assinado entre o governo anterior e o prefeito Jorge Roberto da Silveira.

Quem garante isso é a juíza da 5ª Vara de Fazenda Pública, Helena Belc Klausner, que concedeu Tutela Antecipada à Empresa Águas de Niterói para que esta assumisse o Saneamento no município, utilizando, inclusive, a força policial. E aí surge a pergunta: Por que a Procuradoria do Estado, que defende os interesses do governo, demorou tanto a emitir um parecer sobre a ilegalidade do convênio assinado com Niterói? Esta dúvida parte do pressuposto de que Garotinho é contra a privatização da CEDAE. E, portanto, a omissão de seus advogados (da Procuradoria) só tem sentido, se admitirmos a hipótese de que Garotinho está "jogando para a galera", quando diz que é contra a privatização da CEDAE.

A questão técnica também é preocupante, pois o Sistema de abastecimento de Niterói é integrado, sendo

responsável também pelo abastecimento de São Gonçalo, Itaboraí e Ilha de Paquetá. E com a omissão do governo do Estado, a empresa privada ocupou parte do macrosistema Imunana/Laranjal, interferindo diretamente no abastecimento de São Gonçalo.

Por fim, a questão social: A maior prejudicada desta história toda é a população, principalmente a de baixa renda, que já sente os reflexos da falta da água, proveniente da incompetência da empresa privada e da omissão do governo do Estado. Niterói já ganhou o título de cidade com melhor índice de qualidade de vida do país. A CEDAE ajudou, com certeza, na conquista deste prêmio. Jorge Roberto da Silveira e a Águas de Niterói vão ajudar a cidade a perdê-lo, porque abastecimento público e esgotamento sanitário não podem ser tratados como negócio.

Associação dos Empregados de
Nível Universitário da CEDAE

Rua Sacadura Cabral, 120, Sala 601/602/607 e 902
Telefones 263-6240 / Telefax: 253-7482
Home Page: aseac.com.br
E-mail: aseac1@ism.com.br

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente
Dario Mondego
Diretor Vice-presidente
Paulino Cabral da Silva
Diretor Administrativo
Júlio César de O. Antunes
Diretor Financeiro
Edson Reis da Silva
Diretor de Comunicação
Jaime Dutra Noronha
Diretor Técnico
Márcio de Melo Rocha
Diretor Social
Antônio Carlos Álvares Grillo
Diretor Representante dos Aposentados
Walcyr Goulart Mariosa
Diretor Adjunto
João Benedito Lorenzon Mello

CONSELHO DIRETOR

Representante dos Administradores

Sérgio Rego Rodrigues

Advogados

Sueli Kolling Turano

Analistas de Sistemas

César Lima da Graça

Arquitetos

Júlio Celso Bragança Gil

Aposentados

Armando Costa Vieira

Edson Bittencourt Rosa

Eliana Glória Peixoto

Leon Ambram

Maria Carmem M. M. Almeida

Contadores

Sérgio Pereira

Demais Categorias

Evandro Rodrigues de Brito

Economistas

Pedro Evandro Ferreira

Engenheiros

Álvaro Henrique C. Verocai

Clóvis Francisco do Nascimento Filho

Jonathas Ferreira Filho

Márcio de Melo Rocha

Renato Guerra Marques

Sócios Aspirantes

Júlio César de Oliveira Antunes

CONSELHEIROS NATOS

Antônio Inácio da Silveira, Walnyr

Bitencourt de Oliveira, Emy

Guimarães de Lemos, João Carlos do

Rego Pinto, Renato Lima do Espírito

Santo, Carlos Henrique Soares de

Menezes e Jaime Dutra Noronha.

CONSELHO FISCAL

Efetivos: Aloísio Souza da Silva,

Alberto Burd e Gerson Pereira L.

Nascimento. **Suplentes:** Antônio

Bastos de Oliveira, Jorge Rodrigues

Leitão e Leon Ambram.

Produção e Edição

Planin-Assessoria de Comunicação

Tels: (021) 220-5930/524-0890

Email: _planin@uol.com.br

Jornalista Responsável

Carlos Emiliano Eleutério

MTB: 12.524/RJ

Diagramação e Editoração Eletrônica

Planin Assessoria de Comunicação

Edição Outubro de 1999

Tiragem: 2.000 exemplares

Organização Mundial do Comércio pode transformar os recursos hídricos em negociata internacional

Água entra na roda

A ser realizada no início de dezembro próximo em Seattle, nos Estados Unidos, a reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) pode ampliar a desregulamentação de diversos setores da economia – interferindo negativamente no dia a dia das populações dos países mais pobres. A princípio limitada ao exame dos temas agricultura, serviços e propriedade intelectual (remanescentes do último Acordo do GATT, em 1995), a agenda do encontro corre o risco de ser ampliada para tratar de assuntos como o fornecimento de água (classificado como serviço por aquele fórum).

Segundo a presidente do Observatório da Globalização, a norte-americana Susan George, os países europeus estão tentando incluir a questão da água na reunião que está sendo chamada de a “Rodada do Milênio” (por ser a última reunião da OMC neste século). Uma das maiores lideranças internacionais na resistência ao neoliberalismo, Susan participou da audiência pública realizada na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, no último dia 3 de novembro. “A França lidera a pressão porque as duas maiores transnacionais de Saneamento do mundo, a Lyonnaise D’Eaux e a Gennerale D’ Eaux, são de lá” – alertou.

Convidada para falar sobre a “Privatização da Saúde no Contexto da Globalização”, Susan George disse que a privatização de empresas públicas promovida pela onda neoliberal nada mais é do que a alienação de um patrimônio construído ao longo de décadas. A exemplo do termo globalização, outra armadilha semântica cunhada pelo novo capitalismo, a palavra privatizar significa transferir o fruto do trabalho de milhares de pessoas para as mãos de gente sem nenhum compromisso com o bem estar social, argumentou.

Saúde e Saneamento

Membro do Conselho Científico da Ação pela Tributação das Transações Financeiras - ATTAC - Susan George assinalou que saúde não depende apenas de hospitais e clínicas. Segundo ela, o melhor remédio é a prevenção proporcionada por água limpa, rede de esgoto, alimentação adequada e educação especial para as mulheres. “Mas quando empresas de Saneamento são alienadas e passam a ser geridas à luz da lógica do

lucro, serviços como água e esgoto ficam mais distantes dos mais pobres e os índices de saúde caem”, advertiu.

A conferencista alertou, no entanto, que os procedimentos adotados na esfera do Nafta (acordo comercial existente entre EUA, Canadá e México) são alarmantes: como o Canadá, dos três países, é o que tem mais recursos hídricos, os americanos, com base nos termos do acordo (segundo os quais um membro não pode se recusar a exportar um bem quando há de-

“Quando empresas de Saneamento são alienadas e passam a ser geridas à luz da lógica do lucro, serviços como água e esgoto ficam mais distantes dos mais pobres e os índices de saúde caem.”

manda em outro país signatário) está fazendo exigências ao governo canadense. “Este pode ser um indicativo de como a Organização Mundial do Comércio vai se comportar no futuro” – adiantou.

Política e Cidadania

A presidente do Observatório da Globalização advertiu ainda que a lógica do lucro - a face mais cruel da onda neoliberal - está esmagando todos os aspectos da condição humana e pode decretar o fim da política. “Os governos nacionais precisam de projetos sociais em torno dos quais as pessoas se mobilizem, pois, do contrário, os mercados vão tomar as rédeas da sociedade e a desigualdade vai aumentar ainda mais”. Susan George disse, finalmente, que os movimentos sociais brasileiros devem exigir do governo brasileiro a definição da postura que seus representantes vão adotar durante a Rodada do Milênio.

Às vésperas do encontro da OMC,

parlamentares e líderes de entidades de classe, preocupados com os rumos da Rodada do Milênio, começaram a questionar as autoridades brasileiras sobre a posição que o governo adotará no encontro. As pressões acabaram gerando uma audiência pública, na Câmara dos Deputados, em Brasília, com a presença do Ministro Luiz Felipe Lampreia, das Relações Exteriores, mas os resultados foram menos animadores ainda.

O ministro se limitou a responder perguntas sobre agricultura – “que será o foco das discussões brasileiras” - não revelando a posição brasileira sobre vários temas de importância estratégica, como a renegociação do “Acordo Trips” (sobre patentes e propriedade intelectual) e a compatibilização deste com a Convenção da Biodiversidade, e a questão da privatização de empresas públicas. Incluído no Acordo Multilateral de Investimentos (AMI), o assunto será novamente discutido na reunião da OMC e sua aprovação cria facilidades para a privatização de empresas como a Petrobrás e outras.

O “Global Free Logging” (acordo que garante às gigantescas madeireiras transnacionais a liberdade para desmatar em qualquer parte do planeta) foi outro assunto de relevância ignorado. Lampreia também se omitiu sobre o abaixo-assinado internacional que pede a suspensão da reunião da OMC até que as sociedades interessadas sejam devidamente esclarecidas sobre cada ponto da pauta. A reivindicação é de movimentos sociais e organizações não governamentais de todo o Mundo, liderados pela ATTAC, dirigida, dirigida pelo jornalista francês Bernard Cassen, Diretor do Le Monde Diplomatique, que esteve recentemente no Brasil.

Defensor da criação da taxa Tobin (tese defendida pelo Prêmio Nobel de Economia de 1972, James Tobin, segundo a qual o capital financeiro deveria ser taxado para erradicar a pobreza no mundo), Cassen assinalou que a taxação de 0,1% sobre o capital especulativo pode gerar uma receita de US\$ 200 bilhões por ano e dividendos de natureza didática para as populações e governos de países atrelados ao FMI. Ele é da opinião de que a Agenda proposta pela União Européia para a próxima reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) é ultraliberal “e pode acentuar o desastroso quadro de desemprego e miséria reinante na maioria dos países”.

Sociedade desmobilizada

Atônita e imóvel vive a sociedade brasileira.

Há uma desordem geral. Diariamente, afronta-nos o mundo do crime com o envolvimento de autoridades que se corromperam ou que, diretamente, praticaram delitos capitulados no Código Penal Brasileiro.

Hoje, paira a dúvida se há a quem se recorrer na busca de direitos violados ou na busca da proteção contra a insegurança, aqui, instalada.

Não há precedente. Os noticiários revelam policiais, juizes, políticos e outras autoridades, executadas pela máfia e nelas diretamente envolvidas, sem se falar em tantas outras suspeitas sob investigações de CPIs.

Não há mais imunidade. Até prefeitos e governadores já se estão protegendo em face de ameaças que se estendem aos familiares. E nós...

A sociedade assiste. Não se mobiliza. Não se defende. Silencia! Enquanto distraída, olhando essas cenas, não vê outros riscos que lhe vão envolvendo e lhe submetendo a um processo galopante de pobreza e de miserabilidade na extratificação social dos tempos modernos da globalização do poder do capital selvagem que especula, corrompe e se impõe com a conivência de autoridades constituídas.

Falta espaço para tanto se falar dos males a que a sociedade está submetida. Dá-nos a impressão de que se está gritando no deserto!

Vamos, pela síntese, tentar retratar um grande risco, dentre tantos, que se nos aproxima e que já vem sendo temperado com a desordem.

Um breve retrospecto e já lembramos que o governo anterior ia transformando a água, que é vital, em mercadoria. Queria privatizar o Saneamento Básico na Região Metropolitana, tendo como alvo a Cedae. Três eram os vorazes consórcios internacionais que chegaram a se habilitar em face do Edital específico. Quanta consultoria, de forma indireta, emprestaram ao governo estadual, através de seus advogados importados! Lembramos, também, quanto foi difícil e sempre derrotados aqueles que inconformados recorriam ao judiciário. Lá havia um Desembargador que, por conexão processual, rechaçava tudo que colocasse em risco a venda da Cedae. Foi sorte da sociedade o momento político envolvido com a disputa das eleições para governador, que levou a ALERJ a ancorar o barco pró-

ximo ao pier da privatização.

Sabe-se que o FMI envolve nas negociações da dívida do Brasil, dentre outras condições, a venda das estatais do Saneamento Básico no Brasil.

Sabe-se, também, que há um interesse do capital internacional pelo Saneamento Básico global brasileiro que, através da qual, poderia, no futuro, chegar ao domínio mercantilista internacional com os nossos recursos hídricos, em evidente escassez no mundo, onde já existem cerca de 1 bilhão e 200 milhões de pessoas lutando por água para beber.

O Estado do Rio de Janeiro, nesse cenário, é um desafeto, pois representa uma derrota, até aqui, ao Acordo assinado pelo governo federal com aquele fundo (ver item 27 do memorando de intenções) que submete a Nação à intervenção do poder internacional.

As Prefeituras entraram no litígio, querendo uma fatia dos ganhos. Logo, os Consórcios nacionais, distantes do império financeiro

dos consórcios internacionais, brigam pelo fatiamento da Cedae, que lhes chegam à condição de competir.

Por dinheiro e poder político, tudo é possível! O prefeito de Niterói segurou firme no cabo do chicote e açoitou o governador.

A prefeitura de Niterói foi à justiça. Carregou na sua ação a sua versão. Sonnegou informações importantes e fundamentais. Na 5ª Vara de Fazenda, a juíza, diante da especiosidade, induziu-se à decisão mutilada por falta da documentação cartorial que revelaria a existência de bens patrimoniais de propriedade do Estado, em uso e gozo pela Cedae, naquele município, o que, certamente, a inibiria na expedição da Tutela Antecipada de todos os bens, sem exceção, a favor do impetrante sonegador. É que a Constituição estadual no artº 68 e seus parágrafos nega a utilização gratuita por terceiros dos bens imóveis do Estado; a alienação a título oneroso de tais bens dependerá de autori-

zação prévia da ALERJ; veda a concessão de uso de tais bens à empresa privada com fins lucrativos, quando o bem possuir destinação social específica. O Saneamento Básico não o é?

Instalou-se uma inconstitucionalidade pelo que se lê, já que a prefeitura entregou tais bens para exploração da empresa privada Águas de Niterói.

Foi violada a harmonia constitucional, vez que o ato do município invadindo e arrebatando as instalações da estatal estadual Cedae naquele município, à revelia do governador, ainda que portando

documento judicial, evidenciou um desentendimento na hierarquia dos poderes ou desrespeito às Instituições Democráticas. Quem sabe não se trata de uma distensão de atrito interno do partido político comum a ambos, onde se agrava a relação entre Brizola, que goza da estima de Jorge Roberto, e o governador Anthony Garotinho, hoje, aparentemente seu desafeto?

A ALERJ tem sido ignorada nesse teatro! O S.T.F foi subestimado, vez que, naquela Suprema Corte, encontram-se aguardando julgamento quatro Ações Diretas de Inconstitucionalidade, que definirão o "Poder concedente" na Região Metropolitana.

Coincidentemente, a empresa Águas de Niterói repete a tática invasora em Niterói, como o fez em Campos, através da empresa Águas do Paraíba. Lá, seus jagunços quase atingiram com disparos de revólver o então Presidente do Sindicato, o Helinho Anomal. Aqui, segundo entrevista coletiva à imprensa concedida pelo Presidente da Cedae, sua viatura, quando o levava para vistoriar a qualidade da água fornecida pela Cedae, foi quase abalroado por um Jipe ocupado com elementos estranhos, inclusive, hoje se sente ameaçado.

Estranhamente, o governador limitou-se a discordar, tão somente, do preço do metro cúbico de água fornecido pela Cedae estabelecido pela Prefeitura e Empresa Águas de Niterói. Diante des-

sa desordem, aos nossos olhos de cidadãos, reina o silêncio!

Será que lhe passa pela cabeça que Niterói, em verdade, colocou em prática a sua afirmação na UERJ, na semana anterior, de que irá dividir a Cedae em empresa de produção de água e empresa de distribuição de água e para esta, necessita de parceria privada e que irá procurar, também, a parceria dos municípios?

Ainda há um fio de esperança para a retomada dos serviços em Niterói. A Procuradoria do Estado fez o seu recurso pedindo reconsideração. É provável que venha agravar se lhe for negado o recurso.

Paralelamente, temos também Ações impetradas no TJ, fundamentadas pela ASEAC. Nelas foram juntados todos os documentos de Cartório que comprovam a titularidade do Estado nos bens patrimoniais que foram arrebatados pelo Município de Niterói e ilegalmente entregues à iniciativa privada para exploração econômica.

O projeto furioso internacional, para um futuro próximo, irá reunificar as concessões fatiadas, comprando-as dos consórcios nacionais que não resistirão ou que, provavelmente, são, tão somente, fachadas deles, como uma inteligente saída ao embróglio jurídico que se instalou.

A história nos conta a existência no Brasil de ciclos do pau-brasil, da borraça, do minério e do café. Todos foram explorados, se não até a exaustão, pelo menos, até ao patamar da decadência mercantil internacional. A diferença é que aqueles ciclos, nos empobreceram e o que se nos ameaça, o ciclo da água, nos deixará sedentos. Hoje já há cerca de cinco milhões de brasileiros nesse estágio nas favelas, nos lixões e nos cortiços.

Até parece que o empresário nacional ou internacional se interessa pelos pobres. Imaginam os crédulos que, paralelamente ao lucro, ele vem universalizar o saneamento básico para atingir a pobreza das metrópoles, já que a do interior está "a priori" descartada dos seus projetos de intervenção nessa essencialidade monopolista.

“Por dinheiro e poder político, tudo é possível! O prefeito de Niterói segurou firme no cabo do chicote e açoitou o governador.”

Dario Mondego
Presidente

Prefeito Jorge Roberto entrega o Abastecimento de Niterói à iniciativa privada e cobra do governador Garotinho subsídios de milhões de reais

“Por um favorzinho de 30 anos”

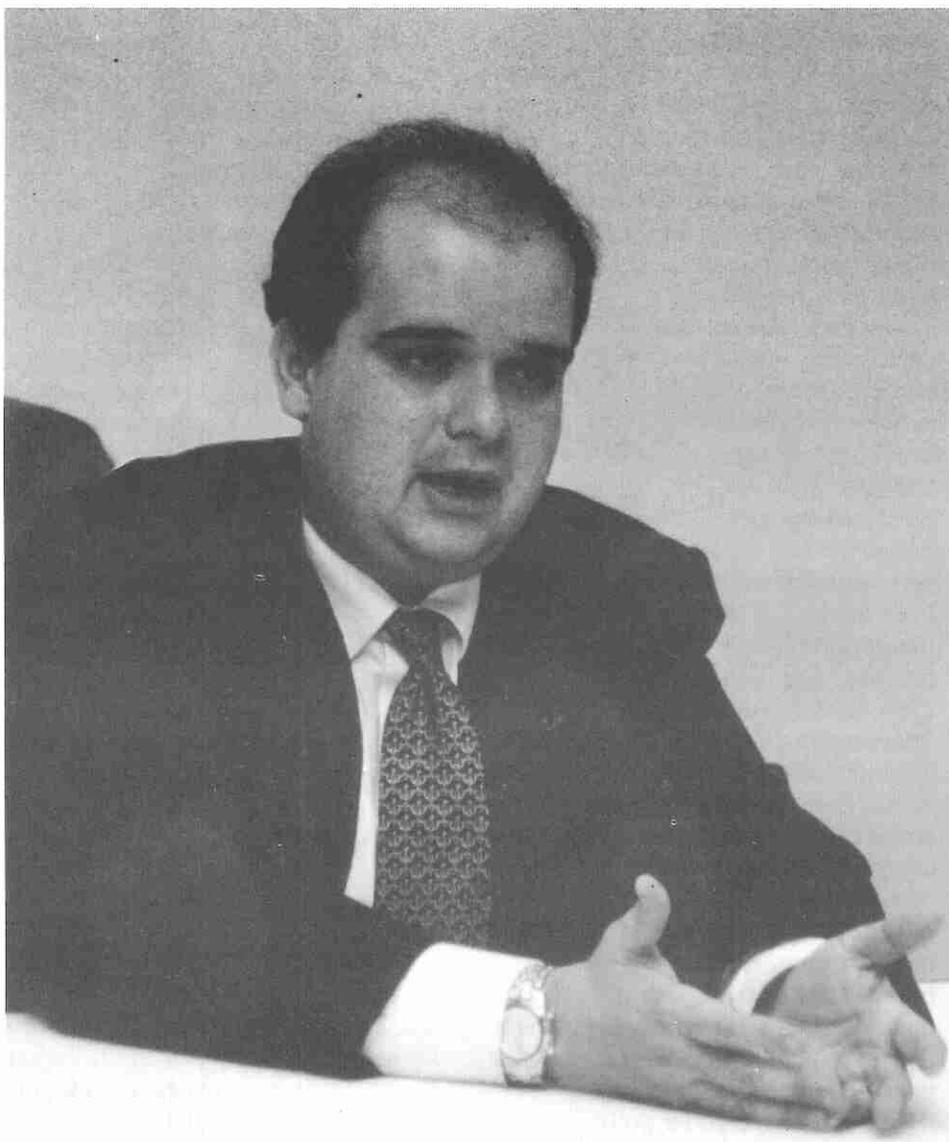
A empresa Águas de Niterói - que até hoje não assinou contrato com a CEDAE para comprar água da companhia - invadiu no último dia 5 de novembro, várias instalações da estatal, que interferem diretamente no gerenciamento do macrosistema integrado Imunana-Laranjal (vide infográfico). As instalações estão, desde a invasão, guardadas por seguranças particulares, fortemente armados, que impedem a CEDAE de fazer as manobras necessárias para garantir o abastecimento equilibrado de Niterói, São Gonçalo e Paquetá. Os seguranças impedem, até mesmo, que a CEDAE faça o controle da qualidade da água, conforme determina legislação do Conselho Nacional de Meio Ambiente - Conama.

Denúncia da CEDAE

A denúncia desta invasão foi feita pelo próprio presidente da CEDAE, Alberto José Mendes Gomes, que convocou a imprensa, no último dia 8 de novembro, para informar que um acidente com uma bomba de 2,5 mil HP na Elevatória de Imunana, provocou uma redução de mil litros por segundo para as duas principais cidades abastecidas pela Estação de Tratamento - ETA - de Laranjal. Segundo ele, a CEDAE não teve como fazer manobras para garantir o equilíbrio no abastecimento de Niterói, São Gonçalo e Paquetá.

O macrosistema

“Um sistema de produção de água, assim como o de energia elétrica, funciona como se fosse o corpo humano. O macrosistema é composto pelo coração e as grandes artérias. Agora, você não consegue separar o coração e as grandes artérias das veias menores. Foi isso o que ocorreu em Niterói. A empresa privada tomou posse de parte do coração e das veias maiores (sistema adutor), colocando em risco o abastecimento de São Gonçalo. Desde sexta-feira passada, a CEDAE não tem nenhum controle sobre a distribuição da água do Sistema Imunana-Laranjal” - afirmou Alberto.



“Águas de Niterói está sofrendo de psicose de sabotagem, ao colocar de três a quatro seguranças armados em cada instalação da CEDAE.”

Alberto Mendes Gomes, Presidente da CEDAE

Na verdade, segundo juristas entrevistados pelo Jornal da ASEAC, a posse destas instalações é ilegal, pois o contrato assinado pela empresa com o município determina que Águas de Niterói é responsável apenas pela distribuição de água aquele município. Logo, não tem autoridade para interferir no abastecimento de

São Gonçalo, prejudicando a população daquele município.

Portanto, a concessionária privada está extrapolando as suas atribuições contratadas ao assumir, autoritariamente, também o controle das grandes adutoras e do sistema de bombeamento - que servem também a São Gonçalo e a Ilha de Paquetá.

Ao explicar que a CEDAE está com várias ações na Justiça para readquirir o controle do sistema de Imunana, Alberto Mendes Gomes denunciou que a empresa Águas de Niterói está sofrendo do que denominou “psicose de sabotagem”, ao colocar de três a quatro seguranças armados em cada instalação da CEDAE por ela invadida.

Atentado ao direito de ir e vir

“Estamos impedidos por jagunços fortemente armados de entrar em diversas instalações da CEDAE. Na rua, os carros da empresa também estão tendo dificuldades para circular. Hoje (8/11), por volta das 10 horas da manhã, eu vi quando um “jeep”, com seguranças armados, emparelhou com uma viatura da CEDAE (que vinha atrás do meu carro) e praticamente a impediu de circular pelas ruas da cidade. Naquele momento, a minha idéia era acompanhar o trabalho dos funcionários da CEDAE (que estavam naquele carro) em um dos 140 pontos de controle da qualidade da água mantidos pela empresa. Achei, no entanto, melhor desistir para evitar o confronto” - afirmou o presidente da CEDAE.

Brincadeira imoral

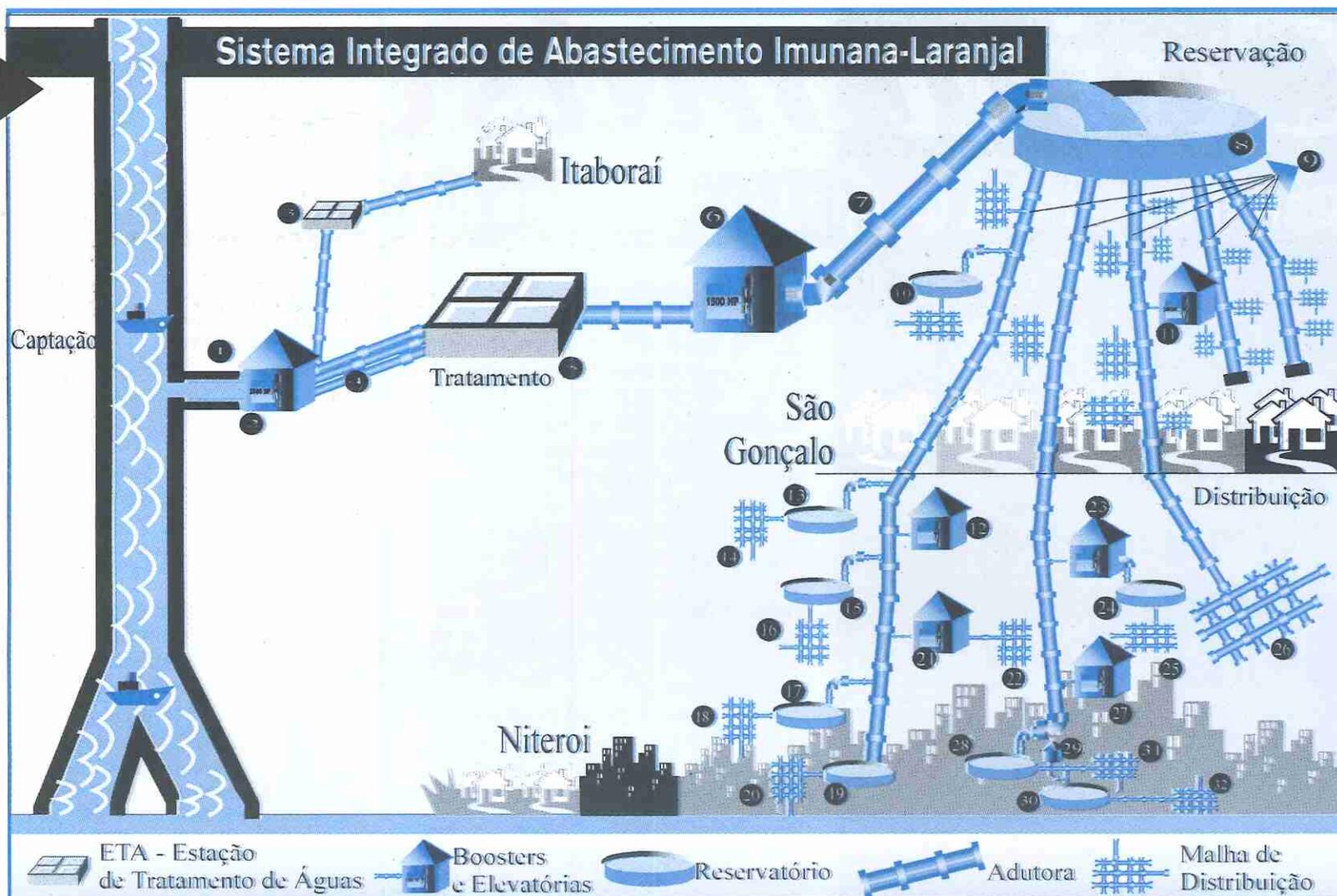
Alberto explicou que não está discutindo a concessão dos serviços de distribuição feito à empresa Águas de Niterói pela prefeitura do município, mas, sim, contestando a atitude do prefeito Jorge Roberto da Silveira que, por opção própria, arrumou três problemas pelos quais terá de responder:

1º) Delegou concessionária privada Águas de Niterói o controle de um patrimônio público;

2º) Quer que o Estado subsidie esta empresa com meio bilhão de reais;

3º) Está exorbitando os seus direitos, colocando em risco a saúde da população.

Alberto Gomes disse ainda que tudo o que Jorge Roberto quer “é um favorzinho de 30 anos, do governo estadual, que envolve milhões de reais. Isto é uma brincadeira imoral e nós não podemos ser coniventes” - finalizou.



IMUNANA LARANJAL

O Sistema ponto a ponto

- 1 - Canal de captação de água bruta
- 2 - Elevatória de Imunana (5 grupos de bombas de 2.500 HPs)
- 3 - ETA de Porto das Caixas (abastece Itaboraí)
- 4 - Linhas de recalque de água bruta (diâmetros de 800mm/1.000mm/1.200mm)
- 5 - ETA do Laranjal
- 6 - Elevatória do Laranjal (2 grupos de bombas de 1.000 HPs e um com 1.500 HPs)
- 7 - Adutora de água tratada (2.000mm de diâmetro)
- 8 - Reservatório de Amendoeira
- 9 - Adutoras de água tratada São Gonçalo/Niterói (1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª linhas)
- 10 - Reservatório de Tribobó
- 11 - Booster do Barro Vermelho
- 12 - Booster de Santa Bárbara
- 13 - Reservatório Maria Paula
- 14 - Rede de Distribuição Maria Paula/Pendotiba
- 15 - Reservatório de Santa Bárbara
- 16 - Rede de Distribuição de Santa Bárbara
- 17 - Reservatório do Fonseca
- 18 - Rede de Distribuição do Fonseca
- 19 - Reservatório Maracanã.
- 20 - Rede de Distribuição Cubango/Martins Torres
- 21 - Booster do Caramujo
- 22 - Rede de Distribuição do Caramujo
- 23 - Booster do Barreto
- 24 - Reservatório de Pires
- 25 - Rede de Distribuição do Barreto
- 26 - Rede de Distribuição da Engenhoca/Tenente Jardim/Fonseca
- 27 - Booster da Correção
- 28 - Reservatório da Correção
- 29 - Booster do Cavalão
- 30 - Reservatório do Cavalão
- 31 - Rede de distribuição Centro/Icaraí/São Domingos/Gragoatá/Ingá
- 32 - Rede de Distribuição Santa Rosa/São Francisco/Charitas/Jurujuba

Invasão compromete equilíbrio do Sistema

O princípio do equilíbrio e da justiça social na distribuição de água para a região de Niterói, São Gonçalo, Itaboraí e Paqueta está definitivamente quebrado, por conta da invasão de parte das instalações da CEDAE pela empresa Águas de Niterói.

O acidente ocorrido na Elevatória do Laranjal (vide pág.4) deixou claro o grau de "poder" que o prefeito de Niterói, Jorge Roberto da Silveira, deu à concessionária privada, em prejuízo dos demais municípios servidos pelo Sistema Imunana-Laranjal.

Isto porque, devido ao acidente, cerca de 1.000 litros/seg. de água deixaram de ser bombeados, através das cinco adutoras que abastecem, de forma integrada, as cidades de São Gonçalo e Niterói. Com a redução do fornecimento, a prática normal seria a operação de manobras, de forma a remanejar a pressão entre as adutoras, para equilibrar o Sistema.

Mas, isso não foi possível porque a empresa Águas de Niterói invadiu os "boosters" do Barreto, Santa Bárbara e Correção impedindo a CEDAE de restabelecer o equilíbrio no abastecimento. E não podia ser diferente, pois a empresa, encarregada de abastecer apenas Niterói, vai defender "com unhas e dentes" a sua "trincheira de faturamento" - a cidade de Niterói. E que Deus ajude a população dos demais municípios, pois com as freqüentes quedas de energia, mais comuns na época em que se aproxima o verão e agravadas

após a privatização da CERJ, a tendência é a situação piorar cada vez mais, já que o interesse da Águas de Niterói é puramente com seus "fregueses".

Conhecendo o funcionamento do macrosistema Imunana-Laranjal (que abastece os municípios de Niterói, com 2 mil litros/seg.; São Gonçalo, 4 mil litros/seg.; e Itaboraí, 500 litros/seg.) entendemos a gravidade do problema. Proveniente do rio Macacu, em Magé, a água bruta entra na Elevatória de Imunana pelo canal que tem o mesmo nome, de onde é recalçada, através de cinco bombas, até a ETA do Laranjal, em Alcântara. De lá, é novamente bombeada até o reservatório de Amendoeira. Depois, é distribuída por cinco grandes adutoras, até o "Booster" do Barreto, na fronteira de Niterói com São Gonçalo.

Foi lá que ocorreu a invasão. A concessionária privada ocupou parte do macrosistema, tomando posse de bombas, válvulas, registros e adutoras de grande diâmetro - equipamentos fundamentais para operar as manobras que permitem à CEDAE equilibrar e "democratizar" o fornecimento em momentos de crise e de acidentes. E como isso agora se tornou impossível, as camadas mais pobres da população certamente serão as mais prejudicadas. Pois, a partir de agora, o lucro é o principal objetivo da concessionária privada "Águas de Niterói".

Cai a máscara

Governador Garotinho admite que pode privatizar a distribuição da água



Na primeira prestação de contas de sua administração, o governador Anthony Garotinho voltou a dizer que a Companhia Estadual de Água e Esgotos (CEDAE) não será privatizada. Quer dizer, explicou, “não será privatizada nos moldes propostos pelo Fundo Monetário Internacional - FMI - ao governo federal... Vamos manter a produção no âmbito do Estado e a distribuição será entregue aos municípios, que farão parcerias com a iniciativa privada” - disse o governador durante audiência pública realizada no auditório da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ -, no dia 30 de outubro último.

Com o auditório da Uerj lotado por cerca de 500 pessoas (outras 100 acompanharam a cerimônia do lado de fora), o governador do Estado do Rio aproveitou a ocasião para enaltecer o acordo que acabara de fazer com o governo federal renegociando a dívida do Estado do Rio. Anthony Garotinho afirmou que “resolvemos um problema de 30 anos atrás para solucionar nossos problemas nos próximos 30 anos” (numa referência aos prazos de

reescalonamento obtidos). Agora - acrescentou - vamos dar uma arrancada.

Saneamento e voto

Acompanhado pela vice-governadora, Benedita da Silva, secretários de Estado, presidentes de empresas públicas, além de representantes da coligação PT/PSB/PC do B e PCB, deputados federais, estaduais, vereadores e correligionários, o governador Anthony Garotinho encontrou o auditório e o “hall” que lhe dava acesso repleto de faixas, a maioria das quais mencionando obras de água e esgoto no Estado. Alguns dos dizeres afixados agradeciam obras de Saneamento: “A rede de água e esgoto chegou ao Complexo Mangueiros, obrigado Governador”; Falta d’água nunca mais. Os moradores de Vila Carioca comemoram o abastecimento de água”; “Acabou a falta d’água em Três Pontes. Obrigado Garotinho”; “Água para Campo Grande. A comunidade festeja a melhoria do abastecimento de água”. Mas apesar de todas essas faixas, nem mesmo assim, Anthony Garotinho quis falar com a imprensa sobre Saneamento Básico ou mesmo sobre a CEDAE.

Renegociação da dívida deixa o “rei nu” diante da sociedade fluminense

A ambigüidade política do governador Anthony Garotinho está fazendo com que ele fique como o rei da fábula - que era tão vaidoso que sai nu andando pelas ruas - convencido de que estava vestido com tecidos caríssimos, que apenas uns poucos privilegiados poderiam ver. Nas últimas semanas, o governador do Rio fez com que vários aliados políticos o vissem nu, entre os quais o líder do PDT Leonel Brizola - que previu a saída do governador do partido.

Os partidos da Frente de Oposição (PT/PDT, PSB e PC do B) que elegeram Anthony Garotinho não entendem porque, de uma hora para outra, ele mudou de idéia e passou a se manifestar favorável à taxa-ção dos inativos (cobrança previdenciária) e ao sub-teto salarial. Outra grande dissidência é a dificuldade do cumprimento da promessa de campanha de criar um Conselho Político. E por fim, a CEDAE. Enquanto candidato, Anthony Garotinho, por várias vezes, participou de manifestações, várias das quais em frente a ALERJ - definindo-se contra a privatização da Companhia. E agora, já admite que parte da empresa será privatizada.

Aliás, foi por exigir autonomia para que a CEDAE se reerguesse de fato que o ex-presidente Marcos Helano Montenegro acabou perdendo o cargo, poucos meses depois de nomeado, através da coligação PT-PDT que elegeram Garotinho. Montenegro não concordava com a inclusão da CEDAE no Caixa Único e com a falta de liberdade da Empresa para resolver questões mínimas, como a manutenção rotineira do sistema de Saneamento.

Raposa do Marketing

Raposa do Marketing, vestida com pele de coelho, Garotinho, no entanto, tenta fugir do assunto “CEDAE”. E para garantir notícias positivas na mídia anunciou - no final do mês de outubro - a renegociação da dívida do Estado com o governo federal. Agora, a grande pergunta é: O que o governador está oferecendo a FHC para conseguir condições tão especiais na renegociação da dívida?

Podemos tirar algumas conclusões: se por um lado, Garotinho acha que saiu do seu “inferno astral” com a renegociação da dívida do Estado do Rio (R\$26 bilhões), pode, por outro, entrar em um novo, quando tiver que explicar porque FHC lhe ofe-

receu condições tão privilegiadas - duas das quais ilegais - nesta renegociação. São elas: a utilização dos royalties do petróleo (cerca de R\$ 13 bilhões) para amortizar a dívida do estado pelos próximos anos e a utilização dos recursos (R\$ 2,3 bilhões) da Previ-Banerj mantidos na Caixa Econômica Federal.

Royalties superfaturados

A questão dos royalties do petróleo representa um escândalo, considerando-se que, segundo denúncias da Associação dos Engenheiros da Petrobrás - AEPET -, o governo federal, através da Agência Nacional de Petróleo - ANP - superfaturou, em seus cálculos, o valor dos royalties que deverão ser utilizados pelo governador Anthony Garotinho, como forma de amortização da dívida do Estado do Rio.

Ao analisar a questão, a AEPET considerou absurdos os critérios utilizados pela ANP para favorecer o governo Garotinho. Entre eles, está o fato de que o cálculo do pagamento dos royalties foi feito com base em 10% da produção e não com base em 5%, conforme determina a legislação.

Outro critério ilegal é que a ANP considerou que o governo do Estado ficaria

com os 100% de todos os recursos dos royalties, quando a lei vigente (Lei 7990, de 28/12/1989, Decreto 1, de 11 de janeiro de 1991, e Lei 9478, de 6 de agosto de 1997) estabelece que desse montante apenas 32% são para os Estados; 48% são para os municípios e 20% para o Ministério da Marinha. E, por fim, explica a AEPET, a ANP ignorou dois aspectos fundamentais da questão: o primeiro deles diz que os recursos dos royalties não pertencem em sua integralidade ao Estado. E o segundo, que esses recursos não podem ser antecipados e nem utilizados para pagamento de dívida pública - artigo 8, da Lei 7.990, de 28/12/1989:

“O pagamento das compensações financeiras previstas nesta Lei, inclusive o da indenização pela exploração do petróleo, do xisto betuminoso e do gás natural será efetuado mensalmente, diretamente aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e aos órgãos da Administração Direta da União, até o último dia útil do mês subsequente ao fato gerador, vedada a aplicação dos recursos em pagamento da dívida e no quadro permanente de pessoal”.

Segundo o governador Anthony Garoti-

Garotinho "abre o jogo"

● Nos contatos que fez com os jornalistas, o governador Anthony Garotinho respondeu a várias perguntas sobre a crise entre o PDT e o PT. A reportagem do jornal da ASEAC tentou em duas ocasiões abordar o assunto CEDAE e, como não obteve sucesso, entrou na fila das perguntas franqueadas ao público, formulando a seguinte pergunta ao governador do Estado do Rio.

ASEAC: Vou fazer uma pergunta sobre o setor de Saneamento, que aliás foi muito pouco mencionado aqui, tanto na intervenção dos oradores quanto no vídeo exibido. O FMI, quando renegociou a dívida externa do Brasil, impôs como condição que o governo federal promovesse junto aos governos estaduais a venda de suas empresas estaduais de Saneamento. O senhor acaba de fazer um acordo benéfico para o Estado do Rio de Janeiro com o governo federal, que está conduzindo a um desastrado programa de privatização das empresas públicas. A minha dúvida é

a seguinte: - Será que a última equação, se é que isso é uma equação, significa que a CEDAE será privatizada?

Anthony Garotinho: - Não. Eu garanto ao senhor que a CEDAE não será privatizada. A CEDAE será modernizada - o que é diferente da privatização. A CEDAE, temos que reconhecer, está numa situação muito complicada. Ela precisa de parceiros privados, mas o Estado não vai perder o controle sobre ela. Nós vamos abrir a parceria para o capital. Provavelmente, vamos dividir a CEDAE em duas empresas: uma empresa de produção de água - e esta será integralmente controlada pelo Estado - e uma empresa de distribuição de água. E para esta, nós vamos buscar parcerias com os municípios para acabar com essa discussão de quem é o poder concedente, se o estado ou se é o município. Agora, vender a CEDAE, nos moldes como eles queriam, está totalmente descartado.

Chacon é reeleito presidente



Engenheiro reafirma sua posição contra a privatização do Saneamento que, por definição, é um setor de interesse público

Reeleito no dia 10 de novembro para a presidência do Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA - o engenheiro José Chacon de Assis mantém o posicionamento firme contra a privatização da CEDAE. Aliás ao comentar o posicionamento da Empresa Águas de Niterói, Chacon foi categórico, alertando que a questão do Saneamento é, por definição, de interesse público.

O presidente reeleito do CREA fez para o Jornal da ASEAC um balanço de sua administração e antecipou suas propostas para a nova gestão: "Ainda este ano, o Conselho vai passar por novas reformas administrativas, além do que vamos aprofundar a capacidade de fiscalização em todo o Estado - quantitativa e qualitativamente. Outra idéia é desenvolver uma grande campanha institucional de valorização dos profissionais ligados ao Conselho, conscientizando a sociedade que a contratação dos profissionais traz em si economia de dinheiro, melhora da estética e da qualidade das obras de engenharia".

Entre as propostas para o próximo triênio, o engenheiro citou a abertura de mais dois ou três postos de atendimento

e fiscalização na capital (Jacarepaguá, Méier e Madureira). Falou também sobre a necessidade de intensificar a descentralização do interior, fazendo com que as inspetorias - ligadas via Internet - se transformem, de fato, em verdadeiros representantes do CREA: "O nosso objetivo é chegar a um nível de sofisticação tal que, por exemplo, todas as questões relativas a Anotações de Responsabilidade Técnica - ART - sejam resolvidas pela Internet: emissão, pagamentos etc."

José Chacon destacou ainda que concluirá, nos próximos seis meses, os projetos de Desenvolvimento Sustentável que estão sendo desenvolvidos pelo CREA, em parceria com Organizações Não Governamentais - ONGs - da Alemanha, prefeituras e universidades do Rio de Janeiro (estaduais, federais e até privadas). Os projetos beneficiam os municípios de São José do Vale do Rio Preto, Cordeiro, Cantagalo, São Sebastião do Alto, Cardoso Moreira, Porciúncula, Miracema e Quissamã. Por fim, o presidente reeleito afirmou que, até o final do ano 2.000, o CREA estará ampliando os Centros de Referência do Movimento de Cidadania pelas Águas - de 45 para 80, em todo o Estado do Rio.

O candidato Garotinho chegou a assumir o compromisso público, em frente à ALERJ, de reverter a privatização da CEDAE, se ela ocorresse. E agora, governador?

nho, além de permitir a utilização de R\$ 13 bilhões dos royalties do petróleo para o pagamento da dívida do Rio, o Ministro da Fazenda, Pedro Malan, ainda concordou que cerca de R\$ 2,3 bilhões da previdência dos aposentados e pensionistas do Banerj (Previ) sejam utilizados pelo governador para compor o Fundo Previdenciário do Estado - o chamado Fundão.

O único detalhe esquecido nessa história toda é que os recursos do Previ-Banerj só podem ser utilizados, exclusivamente, para o pagamento de questões previdenciárias de mais de 8 mil aposentados e pensionistas do antigo Banerj. Logo, segundo o diretor do Sindicato dos Bancários, Ronald Carvalho, o governador não vai botar a mão

nesse dinheiro, tão fácil como ele pensa:

"Existe uma decisão do Senado Federal (Contrato de Resolução 61/97) que impede que o dinheiro da Previ-Banerj seja utilizado para outra finalidade, que não o pagamento dos aposentados e pensionistas do Banerj. Esta exigência foi feita pelo Senado para aprovar o empréstimo da Caixa Econômica ao governo do Estado, que possibilitou a privatização do banco".

Ronald Carvalho colocou em dúvida a informação de que Anthony Garotinho tenha conseguido do governo federal o aval para utilizar os recursos da Previ-Banerj. Resta saber o que estaria sendo negociado, embaixo dos panos, em troca da concretização dos favores de FHC?

Água, monopólio e poder

*Regina Chiaradia**

Tenho certeza que se o autor Conde Afonso Celso tivesse que reescrever, hoje, o livro "Por que me ufano do meu país", teria pela frente uma difícil tarefa. O Brasil como o grande país do futuro, como o paraíso terrestre, onde o criador demonstrou de maneira especial o seu amor pela natureza, como o país fadado ao sucesso e ao desenvolvimento sem limites, termina o século demonstrando que errou o caminho e entrou pelo atalho da incerteza.

Resta-nos apenas a grande pergunta. Esse caminho tem volta?

Eu, como militante do Movimento Comunitário, teimo em acreditar que sim. Porém, também tenho como certo que decisões muito importantes têm que ser tomadas urgentemente para salvar o nosso barco da deriva.

Não vejo o que comemorar nesses 500 anos. Se bem notarmos, todas as nossas conquistas, na área social e no desenvolvimento de recursos naturais, estão sendo perdidas, ou melhor, estão sendo doadas por um governo entreguista, que traiu a nossa confiança em nome de uma tal globalização, que nos empurra novamente à condição de colônia.

Nossos atuais governantes, sejam a nível municipal, estadual ou federal, não reconhecem nem mesmo a nossa condição de cidadãos que, por garantias constitucionais, têm o direito de intervir nas discussões que envolvam as políticas sociais. Na sanha desenfreada de um processo de privatização dos serviços públicos, atingem frontalmente a nossa qualidade de vida, esquecendo-se que, justamente para preservá-la, é que nós os elegemos.

Se alguma dúvida ainda houvesse sobre a redução de nossa qualidade de vida promovida pela entrega e falta de controle de nossos serviços públicos essenciais, a mesma se dissipou após esse ano das tão prolapadas privatizações.

O verão do apagão, os escapamentos

de gás que já somam três mortes só na cidade do Rio de Janeiro, os encalorados e demorados metrô e os chiados e as linhas cruzadas dos telefones, falam por si só. Mas parece-me que mesmo na contra mão da pioneira Inglaterra, que já discute a desprivatização como um fato real, nossos governantes ainda apostam que medidas como essas possam um dia vir a dar certo. Bem, não sei se acreditam realmente nisso. Ou na verdade, apenas precisam nos fazer acreditar.

O fato essencial, que para mim fica cada vez mais claro, é que retirando-se cada vez mais de suas obrigações constitucionais, o governo nos entrega tal como indefesos nas mãos de nossos algozes, que de agora em diante, passam a exercer poder de vida e morte sobre nossa população.

Quando falo em vida e morte não há nenhuma metáfora nessa afirmação. Nossa condição de subsistência passa a valer nas mãos dos grandes conglomerados financeiros transnacionais, apenas o lucro que dela possa advir.

No caso específico da água, um bem de consumo vital para a nossa saúde e desenvolvimento, a volúpia da privatização alcança limites criminosos. O Saneamento Básico, principal responsável pela estatísticas de mortalidade infantil e retorno de doenças há muito erradicadas, é visto apenas como fonte de lucro fácil do capital estrangeiro.

Água é vida, é fator prioritário no desenvolvimento social de um país, não pode ser mero objeto de barganha como tenta fazer hoje o - infelizmente por nós eleito -



representante da Nação. Nosso desenvolvimento humano não pode ser jogado nesse tabuleiro de interesses escusos como hoje se transformou nosso governo federal. Nesse jogo perigoso e de alto risco social, já está preestabelecido o ganhador, e, com certeza, não é o povo brasileiro.

No caso específico do Rio de Janeiro, sem água e sem Saneamento Básico, as favelas e as grandes áreas ocupadas pela população carente ou de baixa renda - que nunca deram, jamais darão lucro - serão isoladas após se transformarem em redutos de degradação humana e foco inesgotável de proliferação das mais primitivas formas de doenças. Ou seja, o preço a ser pago por essa camada da população será altíssimo, será a sua própria sobrevivência.

A sensação de impotência que se abateu sobre a nossa população faz morrer no nascedouro qualquer lampejo de resistência. Já não acreditamos sermos capazes de mudar essa dura realidade. A desesperança campeia até mesmo nos seios dos movimentos organizados de resistência. A maior prova de tudo isso se traduz na mais perfeita e revoltante apostasia que se abateu sobre nosso povo.

Mudar o rumo dessa viagem sem volta deve ser a prioridade de cada um de nós cidadãos brasileiros.

A discussão sobre as bacias hidrográficas que tanto ajudaria no novo conceito de Região e, portanto, traria à luz a disputa sobre Saneamento Básico entre os estados e municípios, foi deixada de lado em função da possibilidade de se levar o assunto para ser discutido na reunião da Organização Mundial do Comércio - OMC -, em dezembro próximo, nos Estados Unidos. Se seguir as orientações do Nafta, acordo comercial entre EUA, Canadá e México, onde o Canadá se compromete sempre que solicitado, a exportar água para os EUA, o Brasil enfim terá absolutamente retomado a sua humilhante condição de colônia.

Quem viver verá, no próximo século, a água se tornar o maior objeto de disputa e de poder em todas as partes do mundo. Quem detiver o controle sobre os recursos hídricos se imporá como todo poderoso sobre os demais países.

Voltando ao início do texto, quando citei o livro "Por que me ufano do meu país", com certeza, hoje, se tivéssemos que reescrevê-lo, a começar pelo título, tudo teria que ser alterado se quiséssemos transmitir o nosso verdadeiro sentimento enquanto cidadãos brasileiros. O país do futuro vive hoje um presente tão nebuloso que como título para sua nova realidade, só posso sugerir o "Porquê me envergonho dos meus governantes".

**Regina Chiaradia é presidente da Associação de Moradores e Amigos de Botafogo - AMA-BOTAFOGO*